

Anatomia da crise: o diagnóstico é consensual, as alternativas é que não

Bruno Simão



Diagnóstico e alternativas | Um painel de economistas e sociólogos discutiu ontem o relatório do observatório.

Os intervenientes no debate estiveram de acordo em relação à avaliação da situação económica do País. Quanto aos salários, “ninguém defende descidas”

NUNO AGUIAR

naguiar@negocios.pt

A apresentação do relatório do Observatório sobre Crises e Alternativas revelou um diagnóstico unânime: é importante interromper o caminho de austeridade que está a ser percorrido. No entanto, a busca de alternativas consensuais mostra-se mais difícil.

O painel que esteve ontem a comentar o relatório “Anatomia da crise: identificar os problemas para construir as alternativas” foi uma amostra disso. João Ferreira do Amaral defendeu a saída de Portugal do euro. José Silva Peneda não concordou com a solução de João Ferreira do Amaral. A socióloga Isabel Guerra argumenta que o conhecimento deve misturar-se com a acção. José Vieira da Silva preferiu discutir o diagnóstico, já que falar de alternativas “seria mais difícil”.

Que alternativa existia a fazer um ajustamento através dos salários?, questionava a moderadora do debate realizado na Fundação Calouste Gulbenkian. “Não há alternativa, porque os objectivos eram inatingíveis”, respondeu o economista Ferreira do Amaral.

O próprio documento aponta um caminho, mas não incluiu alternativas. Esse capítulo será apenas apresentado na versão final do relatório, depois de absorvidos contributos como aqueles que foram dados na

Alterações laborais representaram corte salarial de 2,3%



Terça-feira, já depois do fecho da edição impressa, o Negócios recebeu uma

correção da parte do Observatório sobre as Crises e Alternativas ao relatório “Anatomia da Crise: identificar os problemas para construir as alternativas”. O corte na remuneração do trabalhador médio provocado pelas alterações ao Código do Trabalho foi de 2,3% e não de 2,9%, como surge no relatório que o Negócios noticiou na sua edição de quarta-feira. Os dois números correspondem a pressupostos diferentes relativamente às horas extraordinárias, mas 2,3% é o valor que os autores do estudo pretendiam colocar na versão final. Pedimos desculpa ao leitor por este erro, ao qual o Negócios é alheio, e que já não foi possível corrigir na edição impressa.

conferência de ontem.

Boaventura de Sousa Santos, director do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – que criou o Observatório – reconheceu na sua intervenção que as alternativas têm sido “o pilar mais difícil de construir na actual situação”. Não

porque não existam, mas porque “sobre elas paira uma suspeita meticulosamente construída ao longo dos anos pelo pensamento neoliberal”. Uma ideia também transmitida por Ferreira do Amaral: “O debate democrático não existe. Não há debate de ideias.”

Ninguém quer cortes de salários

Se as sugestões de soluções não têm o acordo de todos, a avaliação da situação actual é quase unânime, principalmente no que diz respeito aos salários. “Não há ninguém que defenda a necessidade de descer salários”, sublinhou Silva Peneda, presidente do Conselho Económico e Social, referindo-se às posições de sindicatos e confederações patronais. “Algumas das alterações de legislação laboral não interessam à maioria das empresas. Parecem dirigidas apenas a algumas. E isso dá que pensar”, já tinha referido antes Manuel Carvalho da Silva.

O economista José Reis, que apresentou o relatório do Observatório, argumentou que os “custos de trabalho não são a origem nem a solução do problema”. “O problema é que se está a alterar a estrutura de distribuição de rendimento” do trabalho para o capital, acrescentou. Vieira da Silva, ex-ministro do Trabalho, deixou uma pergunta provocadora: “Se baixarmos 10% os salários, a Autoeuropa vai exportar mais automóveis para a China?”